

CÍCERO “EM LINGOAGE PORTUGUESA” QUINHENTISTA

Flávio Antônio Fernandes Reis¹

RESUMO: Este artigo tem como fim contribuir para o conhecimento da recepção de textos das “auctoritates” latinas no Portugal quinhentista, sobretudo, as apropriações retóricas e éticas dos tratados morais de Cícero, traduzidos por Duarte de Resende. Assim, as traduções de Cícero são colocadas na perspectiva de importantes questões quinhentistas, tais como: a valorização da língua vernácula, o averroísmo paduano e a difusão do pensamento erasmista.

PALAVRAS-CHAVE: Duarte de Resende; Cícero; tratados de filosofia moral.

ABSTRACT: This paper aims to deepen the understanding of the relation between the Portuguese letters of the 16th century and the “Latin auctoritates”, specifically as to the rhetorical and ethical appropriation and use of Cicero’s treatises of moral philosophy, translated by Duarte de Resende. Then, it places Cicero’s translations into perspective with other questions of his time, such as the topic of enhanced valuation of vernacular language, of padouan averroism and of diffusion of erasmist thought.

KEYWORDS: Duarte de Resende; Cícero; Portugal; Treatises of moral philosophy.

Em agosto de 1531, saiu dos prelos de Germão de Galharde um pequeno volume com texto de Cícero em língua vernácula portuguesa, traduzidos pelo fidalgo da casa real portuguesa Duarte de Resende. Este livro traz no primeiro fólio a relação de textos impressos, o nome do letrado e as suas honras hierárquicas: “Duarte de Resêde caualeyro fidalgo da cassa del Rey nosso senhor”. Anselmo Braamcamp Freire, no artigo “Dois Duartes de Resende, buscou esclarecer uma homonímia com o nome de Duarte de Resende. Segundo Braamcamp Freire, há uma confusão recorrente entre Duarte de Resende, natural de Évora, parente de Garcia de Resende e o outro Duarte de Resende, autor de traduções de Cícero, de algumas cantigas do *Cancioneiro Geral*, de um tratado de navegação e também amigo e parente de João de Barros.

O Duarte de Resende letrado foi feitor em Ternate, nas ilhas de Moluco, filho de Gonçalo Resende, cavaleiro da casa d’El-Rei, e de Brites Faresoa. Uma procuração de 1515 para receber “tenças alvogadas” assevera que o Resende letrado, já nesta data, era maior de vinte e cinco anos. Braamcamp Freire acrescenta ainda que o tradutor teria nascido por volta de 1491, no Lamego e, em idade adulta, teria partido para o Oriente,

¹ Doutorando em Literatura Portuguesa do DLCV da USP. É bolsista FAPESP.

provavelmente na armada do capitão-mor Jorge de Brito, que faleceu em viagem e foi substituído por Antônio de Brito.

Esse Duarte de Resende, amigo e próximo de João de Barros, é mencionado em um dos episódios das *Decadas de Asia*, obra publicada por Barros a partir dos anos cinquenta do século XVI. Segundo o cronista, Resende estava nas Ilhas Molucas, em Ternate, onde exercia o ofício de escrivão da feitoria oriental, tornando-se feitor após a morte de Antonio Brito. Nesta época, Resende recebeu um exemplar do *Clarimundo*, de João de Barros, como assevera o autor na dedicatória da *Ropica Pnefma*: “digais quão bem vos pareceo o meu Clarimundo quando foi ter convosco em Maluco” (BARROS, 1983, vol. II, p. 3).

Em 1527, entregou a feitoria a Baltazar Raposo e retornou a Portugal, permanecendo em Coimbra, onde imprimiu, em 1531, a sua vulgarização de textos morais ciceronianos, nas prensas do Mosteiro de Santa Cruz, sob os cuidados tipográficos de Germão de Galharde. Um ano depois, em Lisboa, João de Barros publicou sua *Ropica Pnefma* e dedicou-a ao amigo Duarte de Resende, como pagamento pela desfeita do pedido de auxílio na tradução de Cícero. Com base em uma breve citação na terceira *Década* de João de Barros, o bibliófilo D. Manuel II sugere que Duarte de Resende teria morrido por volta de 1563. (D. MANUEL II, 1929, p. 470) Como observamos, os dados biográficos de Resende são raros, apreensíveis apenas em rápidas e superficiais referências.

No fôlio CXCIX do *Cancioneiro geral*, de Garcia de Resende, encontram-se registradas algumas composições que levam o nome de Duarte de Resende. São, no total, oito cantigas feitas segundo os ditames da cantiga palaciana portuguesa, com variado número de coplas e predominância do verso de medida maior, algumas em português e a maioria em castelhano, língua de grande prestígio na corte portuguesa e utilizada em grande parte das composições letradas palacianas. (CURTO, s.d., p. 357). Além destas cantigas e das vulgarizações de textos morais ciceronianos, haveria também um “Tratado de navegação, que Fernão Magalhães e seus companheiros fizeram em viagem de exploração nas Ilhas Molucas”, atribuído a Resende. Este texto não chegou ao nosso tempo e sabemos dele apenas por uma notícia de Severim de Faria registrada na *Vida de João de Barros*. (FARIA, 1953, vol. I, p. 21).

A ligação entre João de Barros e Duarte de Resende é um fato relevante para o estudo dos interesses de Resende em divulgar tratados de filosofia moral ciceroniana. Ambos são envolvidos no serviço real, junto às feitorias portuguesas orientais, e ocupam-se da composição de obra de proveito moral. João de Barros exerceu o cargo de tesoureiro e feitor da Casa da Índia, Mina e Ceuta e mantinha grande proximidade com rei D. João III, sendo seu panegirista e cronista. Exerceu também altos cargos na administração das feitorias de Guiné e Índia, onde também serviu Duarte de Resende, como vimos.

Nas letras, João de Barros é considerado o decano da geração de letrados latinizados que se educaram nas cortes dos monarcas D. Manuel e D. João III. (MENDES, s.d., PP. 383-384) Barros compôs obras em vários gêneros: a narrativa de cavalaria, como sua *Chronica do Emperador Clarimundo*; obras oratórias, tais como os panegíricos dirigidos a D. João III e à Infanta D. Maria; textos historiográficos, como as *Décadas*, as quais narram os feitos portugueses no Oriente; obras sobre a língua vulgar, tais como: a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e de ensinamento moral, que entre outros, destacamos o *Diálogo da viciosa vergonha* e a *Ropica Pnefma*.

Na dedicatória da *Ropica*, João de Barros informa que, em 25 de maio de 1531, Duarte de Resende preparava os textos de Cícero em língua romance, para serem entregues dentro de três meses a Germão de Galharde “para a honra das letras”. Esta carta evidencia a proximidade entre os dois letrados e permite incluir Duarte de Resende nos círculos da fidalguia latinizada portuguesa, ligando-o a Damião de Góis e Juan Luis Vives, amigos de Barros, sendo os dois últimos erasmistas ardorosos. Voltando à carta-dedicatória da *Ropica Pnefma*, trata-se do único texto quinhentista que se refere às trasladações de Duarte de Resende e evidencia a interlocução entre estes dois feitores letrados:

Estes dias passados lhe mandei pedir por mercê que se, ao sair do rebate de Lixboa (onde me eu não achei pera me prouver), viera em sua companhia o meu Túlio de Officiis, ou qualquer outro seu livro, me socorresse com ele em este ermo onde pestes, tremores de terra e grandes invernadas me tinham cercado com enfadamento. E ele, em lugar de socorro, pôs-me em maior necessidade, pedindo-me que lhe ajudasse com mais achegas pera ãa obra que tomara de empreitada, que era tirar do meu Túlio Amicicia e Paradoxas em nossa linguagem,

por ter, em essa cidade de Coimbra, Germão impressor tão vezinho que, por honra das letras, o queria ocupar. (BARROS, 1983, vol. II, p. 3)

No proêmio da carta-dedicatória, o cronista reclama seu “Tullio”, na ocasião em poder de Resende, e revela ao amigo a falta que lhe faziam seus textos latinos em meio às tormentas naturais que assolavam Lisboa. De fato, no ano de 1531, Lisboa sofreu tempestades muito intensas e terremotos, levando a corte a se transferir para Coimbra. João de Barros elegeu os textos de Cícero como refúgio para as fatalidades da vida, indicando a utilidade dos textos morais antigos nos momentos de angústia como consolo e aconselhamento.

Na verdade, com a reclamação de seus textos, João de Barros faz uma jocosa refutação de um pedido de Duarte de Resende, acusando-o de, em meio a tantas dificuldades, colocá-lo em mais uma, que seria pedir ajuda na tradução dos tratados ciceronianos. Assim, com graça e discrição, a recusa de João de Barros tem mais um tom de *humilitas* retórica que de desfeita. Ainda pela tópica da modéstia retórica, conveniente às dedicatórias e funcional para a *captatio* do leitor simpatizado pela austeridade do autor, o cronista declara-se pouco versado na “linguagem portuguesa”, ao contrário do que teria parecido a Resende, quando leu o *Clarimundo* nas terras do Oriente.

Ademais, dedicar a *Ropica* a Duarte de Resende era também um modo de reparar a desfeita ao auxílio negado na tradução de Cícero em língua portuguesa. Todavia, devemos lembrar que um dos principais pressupostos das dedicatórias dos séculos XV e XVI é a partilha do texto com o destinatário da obra, imbuindo-o da proteção contra seus adversários e a aceitação dos pensamentos que nela estão preconizados. É por esta característica que a dedicatória de Erasmo a D. João III do *Comentário de Crisóstomo* causou tanto mal-estar, posto que os atos expostos por Erasmo e atribuídos ao monarca eram contrários à prática do rei português, o que souo como uma ironia ferina. Nesse sentido, dedicar a Resende a *Ropica Pnefma* significa que o letrado compartilha das condenações ou aprovações contidos na obra, evidenciando-se a amizade e interlocução entre os dois letrados, que, além dos cuidados de feitores, também eram dados à reflexão moral em favor do corpo místico da monarquia portuguesa.

Em tempos de heterodoxias e dispersão dos costumes pelo contato com outros povos, as obras de filosofia moral são modelos universais válidos a todos os membros da monarquia. Por isso, pela necessidade de comunicar sua doutrina ao maior número de leitores, João de Barros caracteriza sua obra como uma “fruta montesina” e, na invenção da dedicatória, coloca na boca de Duarte de Resende a seguinte pergunta retórica: “Pera que me mandaste fruta de tal casta?”. Ao que responde Barros: “fruta montesina.” É uma metáfora da verdade evangélica, acessível a todos, dita com simplicidade de estilo e de imagens e que faz vistas às verdades mais importantes para a salvação humana. Um gosto pela simplicidade evangélica que dialoga com o pensamento teológico de Erasmo de Roterdã e participa das principais objeções feitas à Igreja pelos reformistas católicos ou dissidentes. O fim da *Ropica* é, assim, a orientação moral dos seus leitores, calcada nas *auctoritates* antigas e no evangelho. (SARAIVA, 1955, p. 54)

Como de costume em textos de dedicatórias quinhentistas, João de Barros, seguindo as preceptivas do discurso demonstrativo ou encomiástico, elogia seu interlocutor com o fim de captar sua boa vontade (*captatio benevolentiae*) para com a obra apresentada. Barros ressalta as qualidades de Duarte de Resende como “natural nas armas e nas letras”, célebre tópica quinhentista que diz respeito à excelência moral de um fidalgo, servidor de Portugal nas feitorias orientais; e também nas letras antigas, dedicando-se à vulgarização de textos de filosofia moral ciceroniana. Como homem de letras, Duarte de Resende também está ligado aos *studia humanitatis*, que consistiam no estudo das línguas antigas, sobretudo latim e grego, incluindo os saberes que as acompanhavam, tais como a retórica e a filosofia moral. (MANN, 1998, p. 19) Assim, os elogios, a interlocução, o diálogo *in absentia* da carta, para além de seus usos retóricos, evidenciam, pelo tom familiar, uma amizade entre doutos e tratam de matérias elevadas de filosofia moral.

Nas cortes portuguesas, pelo menos desde o século XV, houve grande entusiasmo em realizar vulgarizações de textos de Cícero e outros autores que escreveram em latim. O confronto entre a língua vulgar e a latina resultou sempre em um desafio de transmitir a sabedoria antiga com fidelidade, elegância e brevidade, além de superar as limitações lingüísticas do tradutor e as diferenças entre as duas línguas. Podemos observar uma predominância da tradução de textos antigos da arte de “bem

agir”, como são o *Tratado da velhice* e o *Panegírico de Trajano*, traduzidos por Vasco Fernandes de Lucena; o *Livro dos ofícios*, vulgarizado pelo Infante D. Pedro de Coimbra, e a compilação intitulada *Livro da virtuosa benfeitoria*, o *Regimento dos príncipes*, de Egidio Romano e outros.

Nos prólogos e dedicatórias, quando se falava da realização das traduções, o lugar-comum são as limitações do letrado no cumprimento de sua tarefa, empecilhos que não impedem a finalização da obra e que funcionam mais como *humilitas* retórica do que como argumento contrário à realização das vulgarizações. Assim, toda a aridez da tarefa do tradutor é recompensada pela excelência das matérias e, ainda, pelo gosto dos monarcas em ler “em linguagem” os textos dos antigos.

Para D. Pedro de Coimbra, os livros em linguagem eram úteis para que o proveito das obras excelentes chegasse também aos que não sabiam latim. Assim, a tratadística latina antiga respondia às necessidades éticas e políticas das cortes portuguesas quatrocentistas, fornecendo-lhes modelos de conduta moral convenientemente aliadas à doutrina cristã. Por outro lado, o confronto da língua vulgar com a latina resulta em outro modo de elocução em língua vernácula, baseado na imitação da sintaxe e na busca de formulações sintéticas e fiéis aos ensinamentos da sentença. Desse modo, as obras “tiradas do latim” são as primeiras manifestações de textos de filosofia moral latina em língua vernácula portuguesa.

No século XVI, com o advento da imprensa, amplia-se a divulgação de textos das *auctoritates* antigas, sobretudo, os de Cícero. A tópica da valorização da língua vulgar por sua semelhança com o latim, chamada atualmente de “questão da língua”, evidencia-se em obras como: a *Grammatica* de Fernão de Oliveira, a *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros e, como mencionamos, o célebre *Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

Nesses textos, argumenta-se em favor da validade do vernáculo para a transmissão do pensamento dos textos antigos. De fato, a característica mais recorrente da chamada “questão da língua” é a de que a língua vernácula será melhor quanto mais se aproxime das características do latim, sendo bastante comum que os autores quinhentistas adotem latinismos, tanto sintáticos quanto vocabulares - mais frequentes e, sobretudo, mais facilmente assimiláveis ao vernáculo.

Além disso, o interesse em divulgar a tradução de textos ciceronianos por meio da impressão evidencia uma política de validação da filosofia moral latina para os leitores quinhentistas portugueses, principalmente em textos facilmente assimiláveis aos valores cristãos. Os usos políticos evidenciam-se ainda mais na carta dedicatória de Duarte de Resende a Garcia de Resende, então no cargo de veador da casa real portuguesa. A importância política e letrada de Garcia de Resende e sua proximidade com a casa real certamente está entre os principais motivos para que os textos de Cícero em português lhe fossem dedicados. Desse modo, as propostas morais e políticas dos tratados ciceronianos teriam maior visibilidade daqueles que estão no encargo da administração real.

No caso especial do *Sonho de Scipião*, um dos três textos publicados por Resende, difunde-se em língua vulgar portuguesa a autoridade ciceroniana sobre questões religiosas de grande repercussão no século XVI. Em tempos de uma epistemologia da autoridade, os tratados morais antigos são divulgados como *auctoritates* antigas que se coadunam com a doutrina cristã acerca da imortalidade da alma e a existência de prêmios na outra vida, ao contrário do averroísmo paduano, centralizado na figura de Pomponazzi, que colocava em dúvida a certeza filosófica da perenidade da alma. Ademais, Erasmo de Roterdã e seus seguidores foram grandes entusiastas da validade dos tratados morais antigos, principalmente ciceronianos, para o leitor cristão e culto. Desse modo, as traduções de Duarte de Resende, embora realizadas “sentença a sentença” e mantendo a ordenação dos pensamentos e uma elocução muito colada ao texto de partida, permitem entrever, nas intervenções do tradutor, a incorporação de referenciais quinhentistas que cristianizam o texto de filosofia moral pagã.

Ora, Duarte de Resende é um cortesão latinado e sua contribuição para as letras quinhentistas revela-se nas implicações de suas traduções. Mais ainda, na dedicatória das traduções, Resende enumera três justificativas para o seu empenho: por dever a cada um seguir sua natureza; por uma utilidade ética, que é ensinar como os homens devem agir munidos do conhecimento das coisas e pelo amor à “fonte de eloquência”, que são os textos ciceronianos. As justificativas e as escolhas de textos feitas por Resende remetem à educação do letrado nas disciplinas dos *studia humanitatis*, que envolvem, entre outros aspectos, as línguas antigas, a retórica e a filosofia moral. O “tornar em

linguagem” como exercício estaria ligado à preceptiva retórica exortada pelo próprio Cícero em obras como *De inventione* e o *De oratore*. Por isso, as traduções incluem-se também como modelos retóricos de gênero tratadístico antigo em língua vulgar e representam a dignidade do vernáculo em transmitir as *sententiae* dos antigos.

Assim, no cotejo do texto resendiano com um texto latino aproximado, observamos que o letrado optou pela acomodação da língua vulgar ao latim, interferindo apenas em pequenas adaptações que resguardam a fluência do português. As *sententiae*, ou seja, os pensamentos ou argumentos do texto ciceroniano, são transmutados para o vernáculo com poucas alterações, permanecendo no âmbito menor da frase o espaço para as adaptações linguísticas necessárias. Com isso, Resende comprova aquilo que declarou na carta-dedicatória sobre a aptidão da língua vulgar portuguesa em “tratar de graves e excelentes matérias”.

No âmbito da frase (*uerba* ou “letra”), há aspectos elocutivos, tais como pequenas glosas explicativas e as chamadas iterações sinonímicas. As glosas são intervenções do letrado, que visam desenvolver alusões do texto latino, provavelmente familiares aos seus primeiros leitores. Nestes espaços revelam-se os conhecimentos do tradutor, normalmente colhidos em obras como as *Vidas* de Plutarco, nos textos do próprio Cícero, e, provavelmente, no *Commentum Somnium Scipionis*, de Macróbio. No caso das iterações sinonímicas, elas dividem-se entre imitações de procedimento elocutivo encontrado nos textos latinos e, em outras circunstâncias, como recurso tradutório que visa ao enaltecimento dos sentidos dos termos duplicados, dispendo ao léxico um espaço semântico entre dois pólos de sentido que vão da literalidade a um sentido mais amplo, ou simplesmente reforçam, pelo efeito sinonímico, um determinado sentido. A iteração, quando não caracteriza imitação do texto latino, indica certa dubitação de significado por parte do tradutor face ao léxico latino, mas, por outro lado, pode ser uma ilustração da “copia de palauras portuguesas crara e polidas” face ao “copioso latim”, tal como declara Resende na carta-dedicatória.

Bibliografia

BRAAMCAMP FREIRE. Dois Duartes de Resende. In: Crítica e História: estudos. Ed. fac-símile feita por J.V. Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CURTO, Diogo Ramada. “A língua e a literatura”. In: História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, vol. III, s. d., p. 357.

D. MANUEL II. Livros Antigos de Portugal (1489-1600). Londres: Maggs Bross, 1929, 3 volumes.

MANN, Nicholas. Orígenes del humanismo. In: Introducción al humanismo renacentista. Editado por Jill Kraye. Tradução espanhola de Lluís Cabré. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 19-39.

RESENDE, DUARTE de. Marco túlio cicerom de amicicia pradoxasesonho de Scipião.tirado em lingoagẽ portuguesa p. Duarte de Resende... Bayerische Staatsbibliothek München, ESlg/ 4.A. lat. b. 220.

RESENDE, Garcia de. Cancioneiro geral. Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do príncipe. Aleyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lisboa: per Hermão de Cãmpos, 28 de Sete[m]bro 1516, folha CXCIX. Disponível em: <<http://purl.pt/12096>> (Acesso em: setembro de 2007)

RÉVAH, I. S. João de Barros ao senhor Duarte de Resende paz e saúde envia. In: Rópica Pnema. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, vol. II, p. 3.

SARAIVA, Antonio José. “Averroísmo e Erasmismo na Rópica Pnema”. In: História da cultura em Portugal. Lisboa: Jornal do Foro, vol. II, 1955.

SEVERIM DE FARIA. “Vida de João de Barros”. In: João de Barros. Crônica do Imperador Clarimundo, op. cit., vol. I, p 21.